

Auditoria Interna no Poder Judiciário com base nas Resoluções CNJ 308 e 309 Teoria e Prática

Instrutor: Jetro Coutinho Missias

Bacharel em Administração pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduado em Direito Financeiro e Tributário (i), Direito Administrativo (ii), Gestão (iii) e Planejamento Empresarial (iv) e Administração Pública (v). Professor de Economia e de Contabilidade Pública para concursos públicos. É especialista em gestão de riscos e controles internos e Auditor do TCU, órgão no qual seus trabalhos têm sido premiados no prêmio Reconhe-Ser, que identifica os destaques no órgão. Atualmente, é responsável por uma equipe que fiscaliza R\$ 25 bilhões de reais anualmente. É membro dos Grupos de Trabalhos de Gestão de Riscos em Processos de Fiscalização do Tribunal (i), de Medição de Desempenho do Tribunal de Contas da União (ii) e de melhoria de procedimentos internos do TCU (iii). Representou o Brasil nas missões oficiais do TCU para a Turquia (Força Tarefa em Auditoria de Ética), Bulgária e Croácia (Study Visit em parceria com o Banco Mundial para conhecer o Sistema de Controle Interno desses países) e França (54ª Sessão do Comitê de Governança Pública da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Co-autor do livro Sistema de Controle Interno no Brasil e na Europa (ed. Fórum).



Apresentação:

A Auditoria Interna é a atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria com o objetivo de agregar valor às operações da organização, de modo a auxiliar na concretização dos objetivos organizacionais, mediante avaliação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança, prestando a devida atenção à economia.

Por ter diversos critérios como insumo, a Auditoria Interna é eficaz mecanismo para promover a melhoria da gestão e a desburocratização nas atividades do Poder Judiciário. A auditoria poderá, dessa maneira, contribuir para a melhoria da prática gerencial, aperfeiçoando a administração judiciária, a partir de conhecimento e exame da sua atuação para formular recomendações.

Uma boa Auditoria Interna é capaz de prevenir maus feitos quanto de melhorar a maturidade em gestão das organizações. Além disso, ela promove a transparência, caso os relatórios sejam confiáveis e reportem a boa administração dos recursos e o atendimento ao direito dos cidadãos.

Por todos os seus benefícios, é esperado que os auditores do Poder Judiciário dominem bem este instrumento.

O curso tem por objetivo permitir ao servidor compreender e aplicar os princípios fundamentais da Auditoria Interna e a prática da auditoria, com base nas Resoluções CNJ 308 e 309, bem como permitir ao servidor executar a auditoria conforme o planejado, de forma a identificar causas e consequências dos achados, com base em evidências, para robustecer as conclusões e reportá-las de forma clara e objetiva.



Programa:

1. Contexto da Auditoria Interna no Poder Judiciário

- a. Governança e Gestão de Riscos no Poder Judiciário
- b. Conceito de Auditoria Interna e debate sobre o art. 74 da Constituição
- c. Posicionamento da Auditoria Interna e Independência
- d. As mudanças da Resolução CNJ 308/2020
- e. Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário

2. Conceitos e Definições da Resolução CNJ 309/2020

- a. Auditoria Interna
- b. Avaliação (*Assurance*) – Consultoria e debates contemporâneos
- c. O modelo das três linhas de defesa e pontos de atenção

3. Pré-Requisitos de Auditoria no Poder Judiciário

- a. Princípios de Auditoria
- b. Comunicação e Sigilo – Independência, objetividade e zelo
- c. Classificação das Auditorias – Supervisão, Revisão e Comunicado

4. Normas de Auditoria no Poder Judiciário: Processo de Auditoria – Planejamento

- a. Plano de Auditoria de Longo Prazo e Plano Anual de Auditoria
- b. Definindo o escopo da auditoria – Delimitando conhecimentos e as habilidades necessárias aos auditores
- c. Elaborando o cronograma de cada etapa dos trabalhos
- d. Estimando os custos envolvidos – Elaborando as questões de auditoria
- e. Pensando na evidenciação: testes e procedimentos de auditoria
- f. Para não ser pego de surpresa: Possíveis Achados

5. Execução de Auditoria

- a. Propósito da Execução em Auditoria
- b. Características profissionais do Auditor – Comportamento do Auditor na relação com o Auditado
- c. Coletando evidências utilizando as técnicas de auditoria as técnicas de Auditoria (Amostragem; Técnica de Auditoria Assistida por Computador/Cruzamento de Dados; Entrevistas/Indagação, Questionários, Análises; Observação; Análise documental; Confirmação externa (circularização); Recálculo; Correlação das Informações obtidas; Exame físico; Revisão Analítica;)
- d. Evidenciando o Risco: Achados

6. Relatório de Auditoria e Monitoramento

- a. Objetivo do Relatório de Auditoria – Características e Estrutura de um Relatório de Auditoria
- b. Monitoramento: Importância, usabilidade e estruturação

7. Consultoria e Programa de Qualidade

- a. Áreas de Consultoria
- b. Manutenção da independência da Auditoria Interna em Consultorias
- c. Programa de Qualidade em Auditoria
- d. Propósito e Pontos de atenção em Qualidade de Auditoria.

Público Alvo: Servidores Públicos que trabalham com Auditoria no Poder Judiciário e demais servidores que trabalham em atividades de fiscalização.

Benefícios para os Participantes: Ao final do curso, espera-se que os participantes desenvolvam confiança para utilizar a Auditoria, no padrão exigido pelas normas internacionais. Além disso, espera-se que as auditorias realizadas sejam mais efetivas, com evidências de maior qualidade e achados mais robustos, de forma a aumentar o impacto e alcance dessas auditorias.

Ao término do curso o participante receberá certificado emitido pelo Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP).

Carga Horária: 20 horas

Solicite uma Proposta para Cursos *In Company*.

Para mais informações, acesse:

[Curso Auditoria Interna no Poder Judiciário com base nas Resoluções CNJ 308 e 309 – Teoria e Prática](#)

